



- Maria Helena Braga • mhelena.braga@iqe.org.br
- Maria Sidalina Gouveia • sidalina.gouveia@iqe.org.br
- Cristina Luiza Garbuio • cristina.garbuio@iqe.org.br
- Maria Teresinha Figueiredo • mteresinha.figueiredo@iqe.org.br
- José Gayoso • jose.gayoso@iqe.org.br

Entre saberes e preconceitos

Por: James Zomighani*

* Professor Especialista em Geografia
Colaborador convidado pelo
IQE – Instituto Qualidade no Ensino

O conhecimento sobre o território brasileiro pode ser uma excelente vacina contra o preconceito, esse considerado por alguns como um dos piores males que a mente humana já produziu. Os juízos preconcebidos – que levam a atitudes discriminatórias de pessoas, lugares ou tradições – encontram no desconhecimento geográfico um campo fértil para sua manifestação e proliferação. Neste texto, considera-se preconceito uma ideia ou opinião preconcebida, sem maior conhecimento dos fatos ou ponderação; intolerância; aversão a outras raças, povos, religiões, opiniões, dentre outros significados.

Quando ao desconhecimento geográfico do país, vive-se hoje uma grande contradição. Ao mesmo tempo em que redes sociais, suportadas pela internet, integram pessoas e locais distantes (e, assim, possibilitam ampliar nosso campo de visão além de nosso universo imediato), também criam condições ideais para a difusão de mentiras e preconceitos. Com isso, informações equivocadas, incorretas ou carregadas de preconceitos sobre o Brasil ou grandes contingentes da população brasileira têm sido transmitidas, via rede mundial de computadores, a milhões de pessoas como se fossem verdadeiras, com sérios desdobramentos para a vida cívica no país.

Um exemplo recente desse processo contraditório foi

a enxurrada de preconceitos contra os nordestinos, ou contra os brasileiros mais pobres, por conta das últimas eleições presidenciais. Pela internet, foi comum encontrar a associação (preconceituosa) entre o voto do mais humilde e a ignorância, entre o sucesso de determinados programas sociais (na região Nordeste, dentre outras) e a cooptação eleitoreira mais vil. De forma direta – simplista, mas equivocada –, o preconceituoso avaliava (sabe-se lá a partir de quais bases de interpretação e análise) que o mais pobre é um ser com incapacidade de pensamento e discernimento, ou que não interpreta e vive a história do seu país (da economia, da política, da cultura e do seu território). E que, por isso, não teria condições ou direito de escolher quem quisesse para ser seu representante político legítimo. Nas redes sociais, mas também fora delas, no caso da política, confundia-se educação com instrução, ou mesmo escolarização (ou a falta dela) com incapacidade de discernimento. Como se a escola ou a universidade fossem bastiões da excelência na formação política em sua plenitude (outro preconceito). Na língua inglesa, por exemplo, existem, ao menos, dois sentidos para a palavra educação, os quais merecem aqui ser retomados. Assim, temos “educated” (instruído, aquele que possui mais anos de estudo, ou que cursou uma universidade, por exemplo), e “polite” (aquele que possui boas maneiras, que é cortês, ou que sabe lidar e se comportar em sociedade). No Brasil percebe-se – lamentavelmente – que nem sempre aqueles que puderam avançar em sua escolarização formal são os mais “polite”, haja vista seu comportamento anti-civilizatório ou preconceituoso na internet ou na sociedade em geral, como demonstraram diversos “formadores de opinião” que tiveram a chance

de estudar mais do que a média da população brasileira, mas que se mostraram extremamente preconceituosos ao defenderem seus pontos de vista. De algum modo, esperava-se que aqueles que mais estudaram pudessem ser menos preconceituosos, o que não ocorre de forma direta ou automática. O que aponta, possivelmente, para problemas em nossas escolas e universidades no sentido delas ainda não possibilitarem uma formação cidadã mais ampla ou que capacite não apenas para o exercício de uma profissão, mas também para a prática política, no sentido desta ser o caminho para a construção de um novo futuro a partir da convivência (pacífica) em grupo, ou de um projeto de sociedade.

Em tempos de existência de uma poderosa ferramenta de difusão de ideias (mas, também, de preconceitos) como a internet, o combate à desinformação não é tarefa simples. Mas, principalmente no caso da escola, torna-se cada vez mais importante que toda síntese decorra de um processo de análise, ou que todo preconceito seja combatido por meio da reflexão e do estudo competente e comprometido em uma dimensão ética (ou de respeito e preservação à vida).

Como vivemos em uma sociedade complexa, contraditória, desigual e com enormes dimensões (sociais e territoriais), aumenta nosso desafio de compreender o mundo em que vivemos, pois todo trabalho de conhecimento e análise sobre o país torna-se uma tarefa hercúlea, mas cada vez mais necessária. E exige de nós responsabilidade por aqueles que formamos, e em relação ao conhecimento que produzimos e difundimos a partir das novas condições existentes no mundo contemporâneo.